

# O HABITAR POSSÍVEL: Arquitetura popular na “Parnaíba dos Pobres” (1900-1920)

Alexandre Wellington dos Santos Silva<sup>1</sup>

## Resumo

O presente artigo é parte de pesquisas ainda em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. Objetivamos aqui contribuir para a discussão do espaço, arquitetura e da habitação dos pobres em Parnaíba-PI no início do século XX. Nosso intuito é colocar a população que vivia no entorno da cidade no centro da ação, narrativa e exercício da ocupação destes locais, onde as técnicas de construção aparecem como práticas possíveis de luta pela garantia da sobrevivência. O trabalho divide-se em três partes: a primeira discute a narrativa historiográfica parnaibana sobre o início do século XX. Além disso, apresenta o conceito de “trabalhador pobre” (LAPA, 1996, 2008; PESAVENTO, 1994), utilizado ao longo da pesquisa. A segunda parte examina aspectos do uso do espaço urbano pelos pobres, seus bairros, tipos de habitação e técnicas de construção (CARLOS, 2008; CORREA, 1989; DAMATTA, 1997; GÜNTER, 2005). A terceira parte traz a conclusão, apresentando os resultados da pesquisa e buscando refletir sobre as análises apresentadas.

**Palavras-chave:** Arquitetura popular, Pobreza, Trabalho.

## Resumen

El presente artículo es parte de investigaciones aún en desarrollo en el Programa de Post-Graduación en Historia Social de la Universidad Federal de Ceará. Objetivamos aquí contribuir a la discusión del espacio, la arquitectura y la vivienda de los pobres en Parnaíba-PI a principios del siglo XX. Nuestra intención es colocar a la población que vivía en el entorno de la ciudad en el centro de la acción, narrativa y ejercicio de la ocupación de estos lugares, donde las técnicas de construcción aparecen como prácticas posibles de lucha por la garantía de la supervivencia. El trabajo se divide en tres partes: la primera discute la narrativa historiográfica parnaibana sobre el inicio del siglo XX. Además, presenta el concepto de “trabajador pobre” (LAPA, 1996, 2008, PESAVENTO, 1994), utilizado a lo largo de la investigación. La segunda parte examina aspectos del uso del espacio urbano por los pobres, sus barrios, tipos de vivienda y técnicas de construcción (CARLOS, 2008, CORREA, 1989; DAMATTA, 1997; GÜNTER, 2005). La tercera parte trae la conclusión, presentando los resultados de la investigación y buscando reflexionar sobre los análisis presentados.

**Palabras clave:** Arquitectura popular, Pobreza, Trabajo.

---

<sup>1</sup> Aluno do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Bolsista CAPES/CNPq. awss.phb@gmail.com

**Introdução**

A historiografia piauiense em geral, e a parnaibana em específico aponta como a “gênese do progresso” em Parnaíba o início do século XX. É nesse período que o setor de exportação consolidou-se nas principais praças europeias, através da comercialização de matérias primas oriundas do extrativismo vegetal. Estes superciclos de “exportação de maniçoba (1900-1915) e de cera de carnaúba e da amêndoa do babaçu (1910-1950)” (MEDEIROS, 1995. p. 165), permitiram o contato dos comerciantes locais com centros internacionais, assim como a imigração de famílias estrangeiras para Parnaíba, a fim de administrarem firmas e facilitar o escoamento de mercadorias para seus países de origem.

A influência internacional durante o período é exemplificada pela historiografia parnaibana através da riqueza arquitetônica e econômica vivida pelas elites da cidade, e a constante busca desta em forjar no traçado urbano os seus interesses políticos, logísticos e socioculturais. Vieira (2010, p. 90) aponta essa que configuração sociohistórica “provocou o florescimento de seu perímetro urbano, com calçamentos nas principais ruas, construção de casarões e abertura de novos estabelecimentos comerciais”. Na mesma linha de raciocínio, Gomes, Terto & Batista (2013. pp. 19-20), discorrem que “a junção de interesses estrangeiros, com os dos parnaibanos, ansiosos pelo progresso, fez surgir na cidade de Parnaíba uma sociedade que desejava o progresso”. Sobre o início do século XX, Tajra & Filho (1995. p. 145), declara que “Parnaíba, que vivia o seu fastígio econômico, além de possuir as principais firmas de exportação e importação, passou a contar com indústrias de transformação dos produtos originários das atividades extrativistas”. Tratando das características arquitetônicas, Mello (2012, p. 121) evi-

dencia que “os setores economicamente dominantes da cidade, na primeira metade do século XX, no esforço por distinguir-se socialmente, utilizavam suas residências como símbolos de ascensão social”.

O que apontamos é que essa ânsia pelo progresso e busca por melhoramentos no perímetro urbano, e em especial o do Centro da cidade, em uma proporção ajustada à realidade de Parnaíba, se restringia a um punhado de famílias que por meio do prestígio comercial, ascendiam a cargos de poder político no município, ficando distante desse “desejo” uma massa de dezenas de milhares de pessoas. Ou seja, a narrativa da modernidade e do progresso jamais ultrapassou os muros residenciais de arquitetura eclética, francesa, alemã ou portuguesa.

O resultado disso é a formação de uma oligarquia liberal, isto é, um momento histórico onde havia “a coexistência de uma Constituição liberal com práticas políticas oligárquicas” (REZENDE, 2017. p. 91). No Piauí, Bonfim & Júnior (1995, p. 51) analisam as relações desenvolvidas através do ciclo extrativista do começo do século XX e apontam que, “do ponto de vista político, esta fase da economia piauiense não trouxe grandes modificações na estrutura do poder”. Esses potentados não romperam com a ordem de domínio produzida no regime escravagista/colonial, limitando a expansão de um mercado interno e mantendo relações de trabalho opressivas, pois “apesar de abolida a escravidão, as relações de trabalho não assumem caráter de relações contratuais, mas são ao mesmo tempo relações de dominação social e política” (MEDEIROS, 1995. p. 165).

Por essa configuração, a pobreza era hegemônica na cidade. Em 1920, 3.687 pessoas sobreviviam através da “exploração do solo”, como agricultura, criação, caça e pesca. Acima desse número,

somente a quantia dos “diversos”, isto é, pessoas que vivem ou de suas rendas, ou do trabalho doméstico e de “profissões não declaradas ou sem profissão” (BRASIL, 1930. p. 404-405). São 16.856 indivíduos que figuram nessa categoria. Se somados, chegamos a cifra de 20.543 pessoas, sem contar com trabalhadores portuários, comerciários, operários de diversas origens e setores do poder público que recebiam pouca ou quase nenhum subsídio estadual ou da municipalidade, como o caso dos professores públicos e policiais. A cidade nessa época contava com 24.152 habitantes, o que nos permite vislumbrar as diferenças socioeconômicas e os limites de uma possível *Belle Époque* em parnaíba.

Chamaremos de “trabalhadores pobres” a população livre que vivia do da própria força de trabalho sem ocupações fixas, subsistindo entre um mercado de trabalho não-oficial e flutuante, a pequena plantação combinada da criação de animais, e os pequenos crimes. É o pobre que “trabalha, mantendo-se e aos seus, com parcimônia. Não lhe sobra para aforro (...). Nesses casos, trata-se de pessoas que nem sempre trabalham ou que o fazem de maneira esporádica” (LAPA, 2008. p. 31), ou os que “desempenham as tarefas menos qualificadas e podem engajar-se ou não no mercado formal de trabalho. (...) são ‘avulsos’, *free-lancers*, que vivem de ‘expedientes’, biscates, pequenas tarefas” (PESAVENTO, 1994. p. 11). Em suas memórias, Renato Castelo Branco (1981. p. 20-21) relembra que estes trabalhadores pobres em Parnaíba eram “as lavadeiras, os meninos de recado, os carregadores de água e de lenha, os catraieiros, os estivadores, os vareiros, os ladrões de galinha, os mendigos e as prostitutas”. Assim, percebemos que no perímetro marginal da cidade localizavam-se os pobres, e concordamos com Carlos

(2008, p. 54), quando esta declara que “o tipo, local tamanho e forma de moradia vão depender e expressar o modo como cada indivíduo se insere dentro do processo de produção material geral da sociedade”.

Tal configuração já é suficiente para que no início do século XX, esta população esmagadoramente maior que a elite local fosse considerada como uma “classe perigosa”, constantemente vigiada e apreendida pela repressão, higienizada pelas novas práticas de saúde, e distanciada das instâncias de poder administrativo oficial. É essa população que, empurrada cada vez mais para os arrabaldes do município, distantes dos projetos arquitetônicos e higiênicos vindos da Europa, desenvolve formas de habitação peculiares e correlatas com as condições materiais existentes naquelas regiões.

### *Desenvolvimento*

Para nossa investigação, analisamos a arquitetura popular constituída nos arrabaldes da cidade de Parnaíba, região que chamaremos de *Parnaíba dos Pobres*, materializando a existência de uma dupla cidade: a visível, saneada, embelezada, e a invisível, o inverso da primeira e oposta “à cidade racional, civilizada que é proposta pela emergência capitalista” (LAPA, 1996. p. 124). É também conhecida como *arquitetura vernacular* embora o termo tenha sentido pejorativo, significando etimologicamente “escravo, bobo, patife e velhaco”. Por isso, “o qualificativo está sempre mal empregado quando aplicado à arquitetura”. Por conta disso, utilizamos o termo *arquitetura popular*, indicando “aquela que é própria do povo e por ele é realizada” (GÜNTER, 2005. p. XL-XLI).

Essa *Parnaíba dos Pobres* se construía no traçado “racional” da cidade em quatro bairros, segundo o artigo 04 da lei n. 120 de 1913: “ficam considerados

como zona suburbana os bairros Corôa, Tucuns e Campos bem como o restante do bairro Nova Parnahyba” (DIÁRIO DO PIAUHY. 09/06/1914. p. 04). Além destes, É discriminado em 1910 o bairro “Olaria ou Quarenta” (SEMANA. 25/09/1910. p. 03). Branco (1981. p. 20) relata em suas memórias que estes bairros formavam “uma enorme cinta de palhoças e casebres, onde as ruas não eram calçadas, não havia jardins nem praças arborizadas, e onde os fios elétricos não chegavam”. Nossa hipótese é que estes espaços foram ocupados historicamente pelas camadas populares da sociedade, onde a tomada do território dos arrabaldes se dá pela necessidade de garantir mínimas condições para reprodução da existência, como indica CORRÊA (1989, p. 30):

62

*“a produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. (...) Resistência e sobrevivência que se traduzem na apropriação de terrenos usualmente inadequados para os outros agentes de produção do espaço (...)”.*

Para nossa investigação, analisamos a nomenclatura de alguns dos bairros citados através do livro “Cada Rua – Sua História”, de Caio Passos (1982), onde o autor registra impressões e dados históricos da formação dos bairros da cidade. É nele onde verificamos que “as ruas expressam claramente as características físicas do lugar” (SOUZA, 2001. p. 138), e os bairros, as particularidades gerais de determinada região. Em Parnaíba, tal realidade se modifica com o avanço do projeto da modernidade, onde os nomes são “saneados”, e passam a ratificar o poderio ideológico das elites, ou de instituições de prestígio social.

Sobre o bairro Olaria, também conhecido como Quarenta, Passos (idem, p. 33) nos informa que “no inverno tor-

nava-se um igarapé. A canoa vinha até a esquina da atual Praça Cel. Constantino Correia. Era habitada por gente pobre, em verdadeiro labirinto de casebres”. A origem do seu nome - Quarenta - se dá por conta de uma prostituta “mulata, de idade já avançada, gorda e baixa”, que oferecia sua filha aos homens que passavam perto por quarenta reais. Supomos que a outra nomenclatura atribuída ao local – Olaria – se deva a empreendimentos cerâmicos situados na região, em decorrência das propriedades oferecidas por um solo argiloso, formado a partir das constantes cheias do Igarapu.

Já o bairro da Coroa recebe esse nome por conta “das ‘coroas’ do rio, espécie de minúsculas ilhas, formadas ao leito do Igarapu, quando diminui a sua correnteza” (idem, p. 25). As enchentes eram constantes nessa localidade, sendo as casas arrastadas periodicamente pela força das águas. O Geógrafo Eliséu Réclus (1900, p.169), navegando pelo Rio Igarapu, observa que “as casas erguem-se na margem direita d ‘um braço do delta chamado Iguarassú, num terreno humido de alluviões, onde a acclimação não se faz sem perigo”.

O bairro dos Tucuns é definido por Passos como “um povoamento que nascia dentro da mata, em busca de um novo horizonte (...). Ali moravam as famílias que faziam do rio o seu ‘tesouro encantado’. Eram vareiros, canoeiros e pescadores”. (idem, p. 45). Em todos estes casos, o registro dos “casebres” se repetem. A utilização deste material para a construção das habitações: “o homem, este aventureiro audaz, começou a fazer às margens do Igarapu, as suas casas de barro batido, cobertas de palhas”. Em Teresina, a mesma situação era percebida. Araújo (1995, p. 51) aponta que a morada dos pobres “era feita de taipa, coberta de palhas, com porta de talos de buriti ou carnaúba.

Nelas habitavam, dentre outros, os trabalhadores ambulantes, misturados aos ladrões e às vítimas da prostituição”.

No ano de 1939, uma “casa de caboclo nordestino” é registrada nas páginas da Revista carioca *O Malho* (08/1939, p. 17). Nela, percebemos a cobertura feita de palha, possivelmente das palmeiras existentes na região, sendo suas paredes erigidas com barro batido. Essa técnica de construção, conhecida como *taipa de mão*, vinculada a uma estrutura de pau-a-pique, consiste em “amassar o barro molhado com os pés, as mãos ou outro meio, como patas de animais, até adquirir a devida consistência, quanto então o barro é pressionado para dentro das frestas com a mão”. (GÜNTER, 2005, p. 262).

Figura 1: Habitação popular em Parnaíba



Fonte: *O Malho*. Rio de Janeiro-RJ. 08/1939, p. 17.

A datação da fotografia, que avança o recorte temporal em que nos debruçamos, tem por função demonstrar a continuidade das práticas de arquitetura popular, e trabalhar com mecanismos de registro que tiveram o uso ampliado a partir de determinado período, como a fotografia. Dessa forma, avançamos ou retrocedemos nos marcos históricos trabalhados “sempre que o esclarecimento de fatos e ocorrências dependa de seus antecedentes e seus desdobramentos” (MARTINS, 1992, p. 19).

O interior das habitações faz parte, também, dos debates em torno da arquitetura popular na Parnaíba do início do século XX. Discursando aos operários

da cidade em 1920, Lima Rebello (1921, p. 49) destaca parte de sua análise para a casa dos trabalhadores da cidade: “não ha um movel. Os aparelhos culinarios andam pelo chão, ao alcance dos cães e outros animaes domesticos”. Roberto DaMatta (1997, p. 91-92) lembra que para o ideário da modernidade, “é um sinal de pobreza (e mesmo de indignância social) residir em um espaço indiferenciado interna ou externamente, pois quem reside assim está certamente sujeito a confusões e misturas, sinal de alta inferioridade social”, e que “casas de um só cômodo podem levar ao que chamamos de ‘bagunça’ ou estado típico de ‘sujeira’ ou confusão social”.

Outra modalidade de habitação popular presente em Parnaíba eram as balsas. Günter (2005, p. 68) indica que

*“essas barcaças se destinavam ao transporte de mercadorias entre vilas e cidades ribeirinhas. Por serem de boa resistência (...), as barcaças maiores podiam carregar várias toneladas de carga ao mesmo tempo em que serviam de moradia para as famílias dos barqueiros”.*

Figura 2: Balsas no Rio Igarauçu



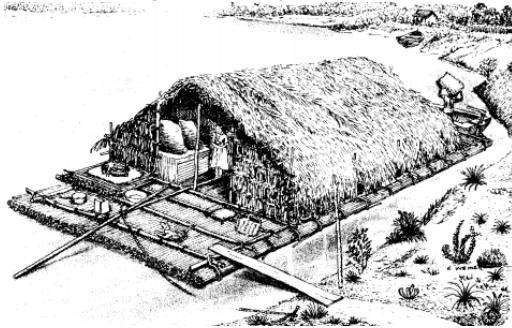
Fonte: BRANCO. 1942, p. 03

Na fotografia acima, Renato Castelo Branco a denomina de “verdadeira palhoça fluctuante” (idem), indicando assim seu caráter habitacional. Não há motivos para crer que esta forma de habitação tenha surgido no ano de edição do livro, sendo uma prática repas-

sada historicamente pelos que sobreviviam sob duras condições na cidade de Parnaíba. Podemos ver ainda na fotografia uma mulher, três crianças e três homens. Atrás da popa, um reboque, possivelmente instalado para carregar as mercadorias. Seu teto de palha protegia os embarcações do frio e das tempestades, garantindo ínfimas condições de trabalho.

Percebemos a semelhança das balsas de Parnaíba, presentes no livro de Renato Castelo Branco, e a ilustrada por Weimer Günter.

Figura 3: Ilustração de balsa



Fonte: GÜNTER. 2005, p. 68.

64

De acordo este autor (idem, p. 67), as balsas são confeccionadas com talos de buriti, “amarrados com cordas coroá em varas transversais superiores que mantinham a integridade da estrutura”. No teto, “a cumeeira tinha pouco mais que a altura de um homem em pé, e as paredes laterais, em torno de 50 centímetros”. Tal configuração mostra o vínculo entre a habitação possível e o trabalho, realidade que se articula também com os outros modelos apresentados neste trabalho.

#### Conclusão

Tentamos apontar aqui que a tradição historiográfica que constrói a narrativa de Parnaíba do início do século XX dedicou-se a analisar o desenvolvimento socioeconômico pelo prisma da moder-

nidade, onde as construções arquitetônicas, as medidas de embelezamento do perímetro urbano, a instalação e desenvolvimento de órgãos públicos ou empreendimentos particulares realizados por uma pequena parcela da população significaria automaticamente o “progresso” da cidade.

Ao situarmos os pobres em uma posição não-passiva, forjando seus espaços, costumes e cotidiano, é possível vislumbrar as consequências do processo de modernização da cidade para os que margeavam geográfica e sociopoliticamente a cidade, processo este que não levou em consideração os anseios, as dificuldades e as práticas destas populações, mas apenas os desejos de ordenamento urbano das elites locais.

Apesar do ordenamento econômico que estruturava e era estruturado pelas classes abastadas em Parnaíba (que sobreviviam por meio de frágeis vínculos de dependência econômica internacional), a ação e o repertório de sobrevivência das camadas populares mostra certa autonomia diante do que se é imposto pelo ideário da modernidade, percebida dentro de um *materialismo sociológico*, “que se propõe a tomar a própria mudança como elemento constitutivo da vida material, sendo a noção de ação e de forças agentes as principais” (FERREIRA, 2007. p. 45), onde a arquitetura popular apresenta-se como uma das diversas ferramentas no permanente empenho pela manutenção e reprodução da existência.

#### REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina (1877-1914)**. Teresina: Fundação Cultural Monseñor Chaves, 1995.
- BONFIM, Washington Luís de Sousa & JÚNIOR, Raimundo Batista dos Santos. *Formação Política*. In: **Piauí: Forma-**

- ção – Desenvolvimento – Perspectiva.** Teresina: Halley, 1995.
- BRANCO, Renato Castelo. **A Civilização do Couro.** Teresina: D.E.I.P., 1942.
- \_\_\_\_\_. **Tomei um Ita no Norte.** São Paulo: L R Editores Ltda, 1981.
- BRASIL: Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. **Recenseamento do Brazil: População do Brazil, por Estados e Municípios, segundo o sexo, a nacionalidade a idade e as profissões.** Tomo II, vol IV - 5º parte. Rio de Janeiro: Typ da Estatística, 1930.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade.** 8ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano.** São Paulo: Ática, 1989.
- DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro.** 1997.
- DIARIO DO PIAUHY (Jornal). Teresina-PI, 1914.
- FERREIRA, Andrey Cordeiro. **Tutela e Resistência Indígena: Etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.
- GÜNTER, Weimer. **Arquitetura popular brasileira.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- GOMES, Jennyfer Teles; TERTO, Lyvia Maria de Aguiar & BATISTA, Jaqueline Feitosa. **A moderna Parnaíba no início do século XX.** In: **História de Parnaíba - cultura, patrimônio, preservação e educação.** Parnaíba: Circulando, 2013.
- LAPA, José Roberto do Amaral. **A Cidade: Os Cantos e os Antros.** São: Paulo, Edusp, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Os excluídos: Contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930).** Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.
- MARTINS, José de Souza. **Subúrbio - vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha.** São Paulo: HUCITEC, 1992.
- MEDEIROS, José Antonio. **Movimentos Sociais.** In: **Piauí: Formação - Desenvolvimento - Perspectiva.** Teresina: Halley, 1995.
- MELLO, Neuza Brito de Arêa Leão. **O Ecletismo parnaibano: hibridismo e tradição cultural na paisagem da cidade na primeira metade do século XX.** Teresina: EDUFPI, 2012.
- O MALHO (Revista). Rio de Janeiro-RJ. 1939.
- PASSOS, Caio. **Cada rua sua história.** Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1982.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os pobres da cidade: vida e trabalho (1880-1920).** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.
- REBELLO, Lima. **Conferencia aos operarios de Parnahyba.** In: **ACP pró-Piauhy: Campanha econômica promovida pela Associação Comercial de Parnahyba.** Belém: Tipografia da livraria Gillet, 1921.
- RÉCLUS, Elisée. **Estados Unidos do Brazil - Geographia, Ethnographia, Estatística.** Rio de Janeiro: H. Garnier, 1900.
- REZENDE, Maria Efigênia Lage de. **O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico.** In: **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930.** 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- SEMANA (Jornal). Parnaíba-PI. 1910.
- SOUZA, Celia Ferraz de. **O sentido das palavras nas ruas da cidade. Entre as práticas populares e o poder do Estado (ou público).** In: **Palavras da cidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

TAJRA, Elias de Jesus & FILHO, Elias de Jesus Tajra. *O Comércio e a Indústria no Piauí*. In: **Piauí: Formação – Desenvolvimento – Perspectiva**. Teresina: Halley, 1995.

TAJRA, Elias de Jesus & FILHO, Elias de Jesus Tajra. *O Comércio e a Indústria no Piauí*. In: **Piauí: Formação – Desenvolvimento – Perspectiva**. Teresina: Halley, 1995.

VIEIRA, Lêda Rodrigues. **Caminhos de ferro: a ferrovia e a cidade de Parnaíba, 1916-1960**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2010.